

UM NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA? CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

Resumo

A proposta de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina apresenta como traço distintivo a especialização produtiva e exportadora em commodities agrícolas e metálicas. Tal configuração teria engendrado outro processo caracterizado por desindustrialização. Esse modelo teórico assume que o crescimento das exportações ocorre em detrimento da dimensão do mercado interno. Contrariamente, observamos que, no caso brasileiro, o duplo processo reprimarização/desindustrialização não resulta da falta de dinamismo do mercado doméstico, o qual sofreu considerável expansão nos últimos anos. Nessa conjuntura, o processo de financeirização das empresas multinacionais parece ter sido o fator determinante para a consolidação desse duplo processo em nosso país.

Palavras-chave: Teoria marxista da dependência; inserção internacional brasileira; financeirização.

Classificação JEL: B50; F02; F21; F23; F50.

I. Introdução

Em artigo recente intitulado *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*, Jaime Osorio (2012) considera que se consolidou no continente latino-americano um novo padrão exportador de reprodução do capital que

CARLOS AMÉRICO LEITE MOREIRA

Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, com pós-doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade de Montreal. Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará.

EMANUEL SEBAG DE MAGALHÃES

Mestrando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

se caracteriza pela especialização produtiva, porém com diferenças marcantes em relação ao modelo primário-exportador vigente na região a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX. O principal diferenciador está associado ao maior grau de elaboração de muitos produtos exportados nesse novo padrão.

Na sua avaliação, a consolidação desse novo padrão exportador de especialização produtiva ocorre como o fim do modelo industrial vigente nas principais economias da América Latina entre a década de 1940 e meados de 1970. Na verdade esse novo modelo significa efetivamente uma destruição importante de segmentos da estrutura industrial, levando a processos de desindustrialização. Nesse novo contexto, mesmo economias com estruturas industriais mais complexas, como México e Brasil, foram

integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais. (Osorio, 2012, p.106)

Quais são as características desse novo padrão? Um traço distintivo está relacionado com a forte especialização da produção e da base exportadora em commodities agrícolas e metálicas assim como produtos industriais de baixo valor agregado de origem local ou de

maquiladoras. Essa configuração não reflete uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados e oportunidades comerciais, mas o aproveitamento de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Na verdade, o dinamismo exportador reflete uma demanda externa aquecida por esses produtos característicos da região assim como na rápida capacidade de reação das economias latino-americanas a tal demanda.

Adicionalmente, esse novo padrão exportador engendra a formação de enclaves com atividades que operam com reduzidos efeitos de encaqueamento produtivos e tecnológicos na região, importando bens de capital, bens intermediários e até mesmo matérias-primas.

Na constituição desse modelo exportador, Osorio destaca o papel determinante do grande capital nacional e estrangeiro. Na verdade, o autor salienta que as grandes empresas

concentram as principais plataformas exportadoras do novo padrão, assim como as atividades dinâmicas orientadas para o mercado interno, particularmente concentradas no setor de serviços, as quais fornecem energia e telecomunicações e constituem importantes cadeias comerciais. (Osorio, 2012, p.111)

Nessa dinâmica, o capital nacional privado concentra-se nos ramos do comércio, da

agroindústria, e da indústria alimentícia, com participação importante na mineração, na eletrônica e no setor elétrico. Já o capital estrangeiro está presente em praticamente todos os segmentos, com destaque para os segmentos automobilístico e de autopeças e eletrônica. O segmento de petróleo e gás é considerado o único com pequena contribuição do capital estrangeiro. Finalmente, as empresas estatais prevalecem nas atividades de petróleo e gás, mineração e energia elétrica.

Na avaliação do autor, faz parte da natureza desse novo padrão econômico voltado para o mercado externo a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno assim como a precarização das condições de trabalho e de vida da maioria da população na medida em que: 1) o consumo dos assalariados não constitui um elemento de maior relevância visto que parte significativa da produção é orientada para os mercados externos. Isto porque o salário médio dos trabalhadores não permite o acesso aos bens industriais e agropecuários exportáveis; 2) a competitividade dos produtos industriais está vinculada à deterioração dos salários locais e à depreciação de tudo o que implique aumento do custo do trabalho. Ou seja, os trabalhadores locais são vistos muito mais como produtores do que como consumidores.

Portanto, a consolidação desse padrão de reprodução do capital pressupõe o avanço das exportações em detrimento da dimensão do mercado interno, em especial do consumo de massas. No caso brasileiro, percebem-se traços diferenciadores desse modelo geral preconizado para a América Latina. O duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil não resulta da ausência de dinamismo do mercado interno. Na verdade, nos últimos anos, a expansão do crédito, a geração de emprego formal e a política de valorização do salário mínimo foram cruciais para a expansão da demanda doméstica.

Esse fato, combinado à redefinição das estratégias das multinacionais, em uma lógica de financeirização das empresas, foi determinante para a consolidação desse duplo processo de reprimarização/desindustrialização. De fato, o processo recente de internacionalização produtiva traduziu-se no aprofundamento dos movimentos de natureza patrimonial e de valorização fictícia iniciados na década de noventa, reduzindo o horizonte temporal de valorização da empresa. Como decorrência, as estratégias de produção assim como as modalidades de implantação das empresas estrangeiras, implicam cada vez mais seu desengajamento produtivo.

2. O processo de reprimarização das exportações no contexto do capitalismo financeirizado

A inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado decorreu de dois fatores cruciais. Por um lado, consolida-se o processo de abertura comercial e financeira, bem como as políticas monetária e fiscal extremamente rígidas, e estabelece-se taxas de juros reais elevadas, visando a estabilidade monetária. Por outro lado, as reformas estruturais ocorridas no sistema financeiro, garantindo benefícios e concessões tributárias ao capital financeiro, permitiram, em conjunto com os fatores anteriormente citados, transformar o Brasil em plataforma de valorização do capital financeiro. (Paulani, 2012; Moreira & Sherer, 2002)

A lógica da política de estabilização, baseada na elevação significativa das taxas de juros reais, foi determinante para a sobrevalorização da moeda nacional. A combinação de juros elevados e câmbio apreciado trouxe consequências significativas para nossa inserção produtiva. O primeiro impacto está associado à constituição de um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Gonçalves (2003) chamava atenção para a consolidação desse padrão de especialização exportador baseado em produtos básicos já na década de noventa. Na avaliação do autor, o processo de regressão qualitativa da inserção

internacional do Brasil reflete a perda de competitividade da indústria brasileira assim como uma transformação no padrão do comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Ou seja, o Brasil volta à indesejada situação de país exportador de bens primários e de baixo valor agregado.

Essa configuração permanece nos anos 2000. As exportações brasileiras seguem ainda bastante especializadas em commodities metálicas, agrícolas e pecuárias, demasiadamente dependentes da conjuntura externa. Esse fato incrementou a participação de produtos básicos nas exportações totais do país. A parcela desse segmento saltou de 28,9% em 2003 para 47,0% em 2012.

Tal configuração indica que o desempenho das exportações brasileiras está associado ao aproveitamento de oportunidades produzidas pela expansão das importações de mercados dinâmicos. Nesse contexto, vale destacar o papel crucial do comércio bilateral Brasil-China para a consolidação do padrão de especialização exportador baseado nos tradicionais bens do setor primário. Constata-se uma concentração das vendas internacionais brasileiras para aquele país em poucos produtos básicos. Isto não é um fato isolado do comércio com o Brasil, já que, em geral, a China vem importando bens agrícolas e minerais dos países da América Latina.¹

A expansão das exportações de commodities minerais e agrícolas engendra substancial

entrada de moeda estrangeira, levando a um excesso de oferta no mercado de câmbio e provocando um processo de apreciação da moeda nacional. Portanto, esse fenômeno também contribui, juntamente com as taxas de juros reais elevadas, para a apreciação do real. O impacto negativo na produção e exportação da indústria manufatureira é notório.

A participação das manufaturas na pauta exportadora registrou uma queda de 54,3% em 2003 para 37,2% em 2012 (MDIC, 2013). Do total exportado pela indústria de transformação, constata-se o forte predomínio das vendas internacionais dos segmentos de baixa e média-baixa tecnologia.

A perda de dinamismo das exportações industriais vem acompanhada de uma deterioração da balança comercial de bens manufaturados. (IEDI, 2013) Em 2012, o déficit da indústria de transformação atingiu US\$ 50,6 bilhões, contra US\$ 16,7 em 2003. Analisando por intensidade tecnológica,² os maiores saldos negativos foram observados nos grupos de alta e média-alta tecnologia.

O grupo de alta tecnologia registrou um déficit de US\$ 29,3 bilhões em 2012, o segundo desempenho negativo desde o início da série em 1989. Esse saldo negativo só foi ultrapassado pelo registrado em 2011. O déficit mais expressivo foi verificado no segmento de média-alta tecnologia (US\$ 54,5 bilhões), o maior para essa faixa

na série histórica. Nesse grupo, a indústria automobilística e de máquinas e equipamentos foram os destaques negativos. Já a indústria de média-alta tecnologia, tradicionalmente superavitária, assinalou pelo terceiro ano consecutivo saldo negativo na balança comercial. O segmento de baixa tecnologia foi o único a apresentar superávit na balança comercial, beneficiado pelo desempenho do ramo de alimentos e bebidas. Vale destacar a deterioração do excedente comercial das atividades intensivas em mão-de-obra desse grupo (têxteis, calçados e vestuário).

Essa dinâmica compromete o peso do setor industrial no produto interno bruto assim como o grau de sofisticação tecnológica dos bens industriais fabricados, levando a um processo de desindustrialização. Além da apreciação cambial, o movimento de desindustrialização reflete igualmente a inoperância da política industrial nacional combinada a um amplo e rápido processo de abertura comercial. (Moreira & Almeida, 2012; Salama, 2011; Carneiro, 2009)

O duplo processo de reprimarização/desindustrialização da economia brasileira parece confirmar a tese da constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações. Nesse novo momento, observa-se “uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral,

processos que foram caracterizados como de desindustrialização”. (Osorio, 2012, p.106) A constituição desse padrão exportador de especialização encontra-se vinculado à perda de poder aquisitivo dos assalariados e a precarização em geral das condições de trabalho. O mercado assalariado local não constitui um elemento dinâmico nesse padrão de reprodução do capital, já que grande parte da produção é destinada a mercados externos.

No caso brasileiro, percebem-se traços diferenciadores desse modelo geral preconizado para a América Latina. O duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil não está associado à ausência de dinamismo do mercado interno dos assalariados. Na verdade, nos últimos anos, vários fatores contribuíram para a expansão desse segmento da demanda doméstica.

3. A expansão do mercado interno brasileiro como elemento dinâmico da reprodução do capital

O modelo teórico proposto por Osorio (2012) de um novo padrão exportador de especialização produtiva para a América Latina associa elementos ditos estruturais destas economias, ligados ao ciclo do capital na economia dependente (Marini, 2012), ao surgimento de um novo padrão de reprodução do capital para a região,

em que a base exportadora especializada em produtos essencialmente primários seria o elemento central da expansão capitalista.

A observação mais detalhada da conjuntura econômica brasileira da última década leva ao não enquadramento deste país na dinâmica específica desta proposição teórica. Dessa forma, abre-se espaço a outras conclusões acerca dos determinantes do duplo processo de reprimarização/desindustrialização, identificando a inserção brasileira na nova lógica do capitalismo financeiro, já discutido na seção anterior, e compreendendo o novo papel desempenhado pela demanda doméstica para a realização da mais-valia extraída no país internamente, que será abordado neste momento.

Osorio (2012) afirma que a perda de poder de compra dos trabalhadores estaria no centro da dinâmica deste novo padrão exportador de especialização produtiva atuando de duas formas. Primeiro, porque o mercado doméstico não se constituiria como elemento de maior relevância, já que parte substancial da produção seria destinada ao exterior. Segundo, porque o baixo nível do salário médio estaria bem longe de permitir o acesso a bens manufaturados. Tal afirmação teórica é oriunda da análise do ciclo do capital na economia dependente de Marini (2012). Influenciado pela macroeconomia kaleckiana, Marini (2012) identifica o descolamento

entre a produção nas economias dependentes e as necessidades de consumo local, mais especificamente da massa trabalhadora.

Na lógica de uma industrialização tardia, mesmo dispondo de farta oferta de mão-de-obra, as economias dependentes importam tecnologias produtivas poupadoras de trabalho, o que amplia o exército industrial de reserva e consequentemente rebaixa o nível dos salários. Constitui-se assim um mercado interno frágil, o que leva à inevitável orientação para fora das economias dependentes. Dessa forma, a análise de Osorio (2012) trabalha na perspectiva teórica de uma relação automaticamente inversa entre formação de um mercado interno dinâmico e ampliação das exportações. Ou seja, ao se perceber um padrão exportador de especialização produtiva na América Latina, Osorio (2012) termina por afirmar que tal configuração econômica prescinde do mercado interno em sua dinâmica de expansão.

Ao se analisar o comportamento do mercado interno brasileiro na última década, compreendendo o movimento de ampliação e reprimarização das exportações, percebe-se uma dinâmica distinta entre o desempenho do mercado interno e a reprimarização no Brasil daquela observada por Osorio (2012) para o amplo quadro latino-americano. É preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que

se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período, pode-se observar uma política de valorização do salário mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma expansão do crédito a pessoas físicas.

Estes fatores, em especial o último, colocam em evidente contradição a relação inversa entre formação de um mercado interno e ampliação das exportações proposta por Osorio (2012), apontada como centro do novo padrão de reprodução do capital dominante na América Latina. Dessa forma, a análise acerca do comportamento do mercado interno brasileiro busca contrapor-se à afirmação de Osorio:

[...] de que a maior parte dessa produção [nacional de matérias-primas e alimentos], gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e à conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais-valia.

(Osorio, 2012, p.104 e 105; grifo nosso)

Todavia, nossa ressalva à observação de Osorio (2012) não busca demonstrar que as condições dos trabalhadores no Brasil vêm apresentando uma sensível melhoria a ponto de ser possível a constituição de um desenvolvimento autônomo no país. O que a recente trajetória dos indicadores de emprego, remuneração e principalmente

de crédito ao trabalhador vem evidenciar é a inserção desta parcela do mercado na dinâmica de realização da produção capitalista a nível mundial, absorvendo cada vez mais bens de consumo duráveis por meio do uso do crédito, também fazendo parte da dinâmica financeira global. Como propõe Saad Filho, o empobrecimento dos trabalhadores

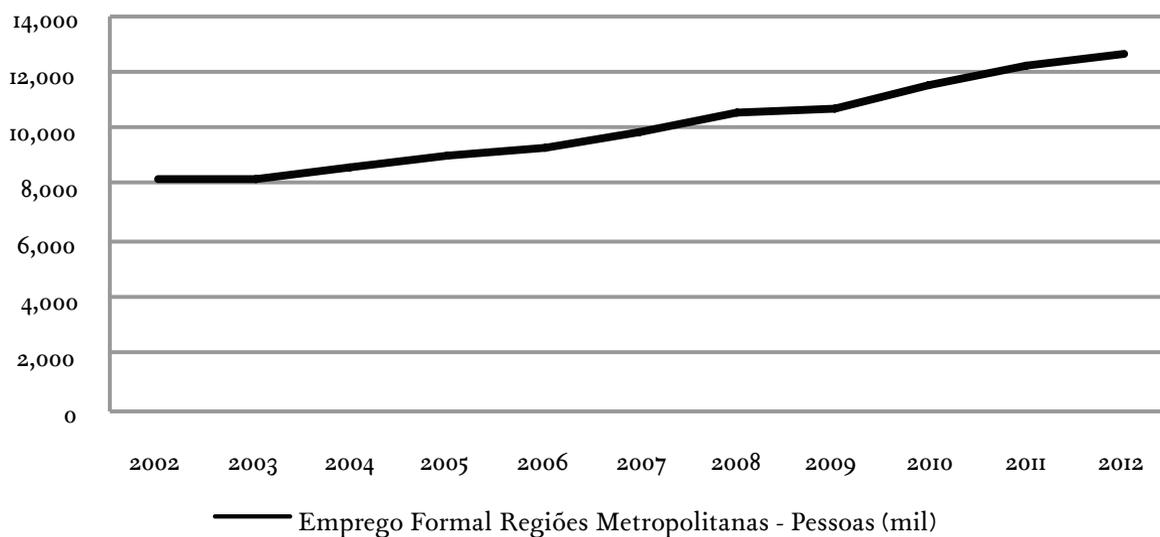
não se deve à queda absoluta dos padrões de vida dos trabalhadores, como frequentemente presume, mas, ao contrário, à distância crescente entre suas “necessidades” e seu poder de compra, levando ao endividamento e ao excesso de trabalho. (Saad Filho, 2011, p.13)

A geração de empregos formais no Brasil apresenta evolução considerável a partir de 2003 (Gráfico 1). A incorporação de mais

trabalhadores no mercado de trabalho mostrou-se um dos fatores que ampliaram a relevância do mercado interno para a dinâmica capitalista no país. É importante destacar que o caráter predominante para a América Latina da informalidade ainda representa uma parcela significativa do mercado de trabalho brasileiro. A trajetória da geração de emprego formal para regiões metropolitanas do Brasil é apresentada no gráfico a seguir:

A evolução do emprego formal no Brasil a partir de 2003 é reflexo da conjuntura positiva de crescimento do país no período. É importante destacar seu comportamento ascendente mesmo durante o momento da crise de 2008, apresentando apenas decréscimo em sua taxa de ampliação. A expansão dessa massa assalariada

Gráfico 1. Emprego formal regiões metropolitanas (Brasil) – Pessoas (mil) – 2002-2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

toma proporções consideráveis para a consolidação do mercado interno brasileiro.

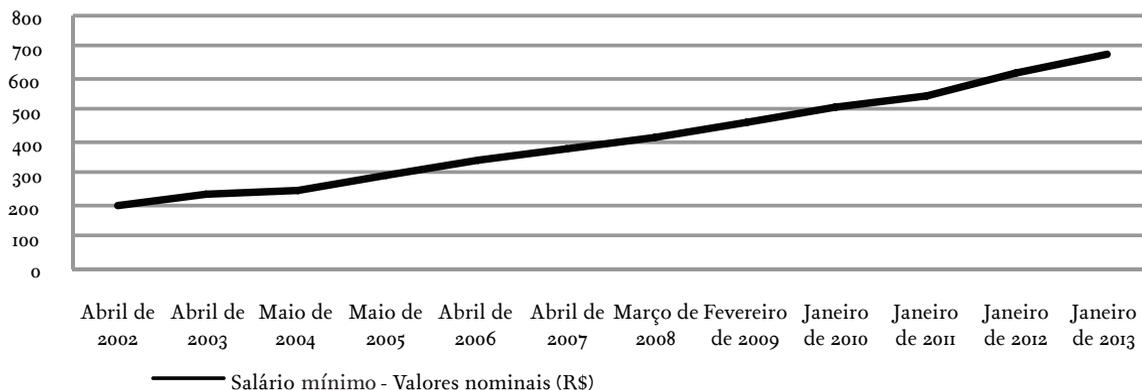
A expansão do emprego formal traz fôlego ao mercado interno, pois, em contraposição à informalidade, permite ao trabalhador uma remuneração fixa e garantida ao final do mês, o salário. Contrariamente à remuneração incerta proveniente do mercado informal, o salário permite certo planejamento financeiro doméstico, o que permite a oferta de contrapartidas para a obtenção de crédito, impulsionando, principalmente, o consumo.

A política de elevação do salário mínimo nacional, empreendida também desde 2003, contribui para a afirmação de um mercado interno cada vez mais poderoso (Gráfico 2). O ganho real de mais de 70% no período compreendido entre 2002 e 2013 é indicativo de um forte movimento de aumento do poder de compra da classe

trabalhadora. Durante a década de 1990, sob a égide liberal traduzida nos planos de estabilização econômica, em especial o Real, o salário mínimo sofreu uma severa reversão em seu poder de compra. Apenas com o recente aumento em janeiro de 2013, recupera-se o patamar nominal do ano de 1983, o maior desde então. (DIEESE, 2012)

Após o rigor dos planos de estabilização monetária, a elevação nominal do salário mínimo a partir de 2003 pode ser entendida como uma reversão de seu baixíssimo patamar apresentado nas décadas anteriores. A ampliação nominal torna-se expressiva na nova conjuntura de crescimento econômico e baixa inflação. Dentro dos limites da acumulação flexível, os mercados emergentes configuram-se não apenas como plataformas exportadoras de commodities, mas como potenciais mercados consumidores em expansão.

Gráfico 2. Salário mínimo, Brasil (2002-2013) – Valores nominais (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos da nota técnica nº118 do DIEESE.

O potencial do mercado interno brasileiro, abrangendo cada vez mais parcelas da população pela elevação real do salário mínimo, entra como fator dinâmico da economia. Dessa forma, a avaliação feita por Osorio parece não captar as especificidades do caso brasileiro:

O declínio do mercado formado pelos rendimentos dos trabalhadores tem como contrapartida, no mercado local, a conformação de um pequeno, porém poderoso mercado interno [...], no qual participam os setores que vivem de mais-valia, renda ou salários elevados, seja no setor público, seja no privado. (Osorio, 2012, p.132)

No caso brasileiro, a trajetória de ampliação do salário mínimo se faz notória. A expansão do emprego formal transparece a ampliação da dimensão dessa parcela da população assalariada no consumo doméstico. Pode-se assim dizer que para o Brasil, o momento iniciado em 2003 apresenta-se como de expansão do poder de compra da classe trabalhadora e de ampliação de sua participação no mercado interno, contradizendo a tese levantada por Osorio (2012).

O avanço salarial, porém, vem acompanhado de novas formas de extração da mais-valia, como a precarização das condições de trabalho, principalmente por meio da terceirização. É importante destacar também o papel central da intensificação do trabalho, que amplia o abismo existente entre a acumulação capitalista e a remuneração do trabalhador. Se esse expressivo

aumento da remuneração formal ao trabalhador foi possível, não há dúvidas de que a apropriação capitalista da mais-valia gerada nesses anos de bonança econômica foi certamente maior. Assim, mesmo apresentando elevação de seus salários, pode-se falar em empobrecimento relativo da classe trabalhadora brasileira nesse período.

O aumento da velocidade do ciclo capitalista de produção, advindo das inovações tecnológicas e organizacionais produtivas, amplia ainda mais a escala de produção e direciona uma parcela cada vez maior da produção à classe trabalhadora. Faz-se necessário, portanto, que se amplie a capacidade de absorção dessa produção pelos assalariados. O potencial dos mercados internos das economias emergentes, representado por suas consideráveis populações, realiza-se por meio do processo de proletarianização dessa população. A necessidade crescente de ampliação do valor, dentro da nova lógica financeira, faz com que o salário simplesmente não seja suficiente para dar conta de absorver o enorme fluxo de mercadorias. É nesse cenário econômico que a figura do crédito entra como elemento definidor da capacidade de realização da mais-valia nas economias dependentes no capitalismo contemporâneo.

A perspectiva da ampliação do crédito aos trabalhadores abre uma dupla crítica ao novo padrão proposto por Osorio (2012). Primeiro,

uma crítica quanto à leitura de conjuntura da economia brasileira, já que o consumo interno entra como forte fator de dinamismo da reprodução do capital no país, aliando-se ao destaque das exportações, não havendo rivalidade ou mútua exclusão como afirma o autor. Segundo, abre-se espaço para a crítica teórica da leitura de Marini (2012) sobre o ciclo do capital na economia dependente que, baseado na macroeconomia kaleckiana, define a exiguidade do mercado interno ao diferenciar a produção de bens-salários e bens de luxo. O alargamento do crédito à classe trabalhadora faz cada vez mais tênue a diferença entre essas categorias de bens definidas por Marini (2012).

Na economia brasileira, o recente movimento de ampliação do mercado interno deve-se mais à expansão do crédito do que aos já mencionados aumentos do nível de emprego formal e do poder de compra do salário mínimo. A ampliação do crédito dirigido às pessoas físicas passou por uma considerável ascensão a partir do ano de 2003, relacionando-se à maior integração do Brasil no circuito financeiro e produtivo internacional (Gráfico 3).

A rápida ampliação do volume de crédito às pessoas físicas revela a nova orientação da política econômica brasileira voltada para a ampliação do consumo, o que evidencia a importância do mercado interno para a expansão capitalista

Gráfico 3. Operações de crédito do sistema financeiro Brasil – 2002-2013 – Pessoas físicas – (Milhões de Reais)



Fonte: Elaboração própria a partir das séries temporais dados do BACEN.

no país concomitante ao cenário internacional que pressiona a expansão das exportações primárias. São indicativas dessa perspectiva de alavancar o crescimento pelo consumo doméstico as medidas de estímulo econômico adotadas pelo governo para combate da crise de 2008, como a redução do IPI para os automóveis e motocicletas produzidos no país e também para a chamada linha branca, assim como as reduções das taxas de juros e a expansão do crédito habitacional.

Por fim, pode-se evidenciar que a cesta de consumo dos trabalhadores brasileiros, notadamente por meio dos mecanismos de crédito, incorpora cada vez mais bens industrializados, desfazendo a tese de Marini (2012) acerca da distorção da estrutura produtiva que se distancia das necessidades de consumo local. Assim o consumo doméstico toma crescentemente maior participação na dinâmica de reprodução do capital no país, o que nos leva a contestar a tese de Osorio (2012) de que o movimento de reprimarização constitui-se em negação à formação de um amplo mercado interno. Dessa maneira, todavia, não se pretende negar tais contribuições teóricas. Torna-se, porém, imperativo à atualização da interpretação acerca da realidade latino-americana, trazer novos elementos desta fase do capitalismo financeiro para a análise e procurar ser o mais fiel possível às realidades específicas de cada país da região.

O aquecido mercado interno brasileiro acelera a procura por mercadorias, gerando um descompasso entre oferta e demanda domésticas. Essa conjuntura, porém, não é capaz de estimular o investimento nacional. Esse vácuo de mercado é rapidamente preenchido pelo capital estrangeiro, que, apresentando novas estratégias de valorização do capital, dá especial atenção ao mercado brasileiro, apresentando novas formas de inserção comercial do investimento direto estrangeiro no país, terminando por enquadrar categoricamente o Brasil como mercado emergente na lógica do capitalismo financeiro global.

4. As novas formas de inserção do investimento direto estrangeiro no Brasil

O período recente foi marcado pela forte retomada dos fluxos de investimentos direto em direção à economia brasileira. De fato, constata-se que a entrada de investimento direto estrangeiro acelerou-se nos últimos cinco anos. Em 2011, os investimentos diretos estrangeiros somaram US\$ 66,6 bilhões, incremento de 37,4% em relação a 2010.

Esse dinamismo decorre de dois fatores principais. Em primeiro lugar, os investidores buscam opções rentáveis em economias emergentes com mercados internos dinâmicos e estabilidade monetária. A apreciação da moeda

nacional combinada ao maior poder de compra da população fortalecem as estratégias *market seeking*, beneficiando principalmente os setores de manufaturas e serviços. De fato, a indústria manufatureira foi a principal receptora de IDE no país, concentrando 46% das inversões, seguida pelo setor serviços que foi responsável por 44% do total.

Ademais, os investimentos em busca de recursos naturais são significativos, motivados pela tendência altista dos últimos anos dos preços das commodities agrícolas e metálicas no mercado mundial. A consolidação do Brasil enquanto grande produtor e fornecedor mundial de produtos básicos contribui para esse forte influxo de IDE. Entretanto, os investimentos *resource seeking* registraram uma desaceleração em 2011 (9% do total de IDE) comparativamente aos anos anteriores.

Apesar dos resultados positivos, é preciso chamar a atenção para o fato de que a inserção ativa da economia brasileira no capitalismo financeirizado implica a subordinação da dimensão produtiva aos critérios puramente financeiros e de curto prazo imposto pela finança.³ Nesse contexto, constata-se uma adaptação do capital estrangeiro a essa lógica de curto prazo, com consequências importantes na dinâmica do investimento direto estrangeiro. (Moreira & Tavares, 2012)

O perfil financeirizado das estratégias das empresas multinacionais e a lógica de política econômica que ancora o padrão de inserção trazem transformações importantes no processo de internacionalização produtiva, com predominância das atividades comerciais e financeiras sobre as produtivas.

Isto pode ser observado já na década de noventa, com o desengajamento produtivo das filiais instaladas no país. Com o processo de abertura comercial e financeira, a valorização do capital produtivo das filiais das multinacionais traduz-se em operações de reestruturação produtiva, que implicam a redução das operações propriamente produtivas combinadas a uma expansão das atividades puramente comerciais. Ou seja, as filiais engajam-se numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza. (Moreira, 2003)

Nos anos 2000, as filiais estrangeiras continuam integradas a uma lógica global na qual se beneficiam das diferenças existentes em cada país. Nesse contexto, especializam-se em atividades que pouco contribuem para a constituição dos elementos que compõem a cadeia produtiva. Um exemplo nessa direção está associado à indústria automobilística. Um estudo do IEDI

(2011) revelou que a demanda doméstica de veículos no Brasil registrou um incremento de 1,8 milhões de veículos entre 2005 e 2010, alcançando 3,5 milhões. Esse valor é mais do que o dobro do registrado no início do período (1,7 milhão). O aumento real da massa salarial e a expansão do crédito foram os grandes responsáveis por esse desempenho. E, em 2009, as políticas anticíclicas do governo direcionadas para o aumento do consumo de setores estratégicos, como o automobilístico, também contribuíram para esse resultado positivo.

O dinamismo do mercado consumidor interno de veículos beneficiou, sobretudo, as importações. De fato, as compras internacionais assinalaram alta de 650% nesse período, passando de 88 mil para 660 mil veículos. Esse resultado elevou a participação dos importados na demanda total de apenas 5% em 2005 para 19% em 2010. Vale destacar que 45,8% do crescimento do mercado interno em 2010 foi atendido pelas importações, ou seja, quase a metade do total. Em contrapartida, a produção nacional assinalou um incremento bem mais modesto comparativamente as compras internacionais: 75% entre 2005 e 2010.

Com relação às exportações, a pesquisa constatou um recuo de 30,6% no intervalo analisado. Esses resultados levaram a balança comercial de automóveis a um déficit histórico de US\$ 4,9 bilhões em 2010. Essa mesma configuração se

observa no segmento de autopeças. No último ano analisado, as importações ultrapassaram as exportações em US\$ 3,5 bilhões.

O caso da indústria automobilística ilustra bem essa nova etapa do processo de internacionalização produtiva no Brasil, na qual as filiais estrangeiras não chegam a inserir-se fortemente nas cadeias produtivas do país, com efeitos menos importantes na ampliação da capacidade produtiva do que em fases pretéritas.

Em verdade, a lógica de otimização da localização das firmas estrangeiras leva em consideração a possibilidade de importação de insumos e bens de consumo aberta pela liberalização comercial e pelo contexto de juro alto e câmbio apreciado. Nesse cenário, os setores dinâmicos de alta e média-alta tecnologia, onde se observa uma clara dominância do capital estrangeiro, são os que apresentam maiores déficits na balança comercial, com consequentes esvaziamentos de suas cadeias produtivas. Nesse sentido, fica evidente que o Brasil é considerado uma extensão do mercado global para grande parte das empresas estrangeiras. Porém em um cenário onde as importações são a opção preferida, ficando o investimento como *second best choice*.

A inserção do país no regime de acumulação de dominância financeira estimula as filiais a buscar formas de valorização puramente financeiras. Recentemente, as empresas estrangeiras vinham utilizando os empréstimos

intercompanhias para evitar o imposto sobre operações financeiras (IOF) para aplicação em renda fixa. Quando o governo elevou o IOF sobre aplicação em títulos de renda fixa em outubro de 2010, o fluxo de IDE estava em US\$ 6,8 bilhões. Em dezembro do mesmo ano, o montante já estava em US\$ 15,4 bilhões. As antecipações dos empréstimos permitem às filiais aplicar no mercado financeiro para somente em seguida realizar algum “investimento”. Ou seja, as empresas buscam com esses fluxos beneficiar-se do diferencial de juros.

Diante desse movimento especulativo, o governo decidiu aplicar uma tributação de 6% de IOF para os empréstimos intercompanhias de curto prazo em março de 2011. O objetivo era conter a entrada de capital de curto prazo no país e a valorização da moeda nacional. Inicialmente previsto para operações com duração média de até cinco anos, o governo reduziu esse prazo para apenas um ano em julho de 2012. Com a tributação e o ciclo de queda da Selic, os empréstimos intercompanhias caíram substancialmente.

A apropriação de lucros a partir de operações puramente financeiras evidencia o movimento de financeirização das firmas estrangeiras, que assume uma dimensão importante nesse novo regime de acumulação.

5. Considerações finais

A análise do processo de internacionalização produtiva confirma o papel central do capital estrangeiro na constituição do padrão de especialização produtiva defendido por Osorio (2012). Indubitavelmente, é nas grandes empresas estrangeiras e nacionais que se concentram as principais bases exportadoras de produtos primários.

Entretanto, a reprodução do capital estrangeiro está igualmente associada ao crescimento do consumo doméstico. As filiais das empresas multinacionais do setor industrial e de serviços beneficiam-se substancialmente da ampliação do mercado interno. Isto não implica a realização de grandes investimentos na expansão da capacidade produtiva.

Na verdade, o dinamismo do mercado consumidor, no contexto regime de acumulação de dominância financeira, acaba valorizando as atividades comerciais e financeiras das empresas estrangeiras em detrimento das atividades produtivas. Portanto não se pode associar o desengajamento produtivo do capital estrangeiro à ausência de um mercado consumidor assalariado dinâmico e à consolidação de uma base primária exportadora. O duplo movimento de desindustrialização/reprimarização no caso brasileiro não se enquadra no padrão exportador de especialização produtiva. Na verdade, é um reflexo da subordinação do país a lógica financeira do capitalismo contemporâneo.

Abstract

The proposal of a new pattern of capital reproduction in Latin America presents as a distinctive trait the specialization of production and export base in agricultural and metallic commodities. Such configuration would have engendered another process characterized by deindustrialization. This theoretical model assumes that the increase of exports occurs at the expense of the internal market dimension. In contrast, we observed that, in the Brazilian case, the dual process reprimarization / deindustrialization does not result from a lack of dynamism in the domestic market, which has undergone considerable expansion in recent years. At this conjuncture, the process of financialization of multinational companies seems to have been the determining factor for the consolidation of this dual process in our country.

Keywords: Marxist dependency theory; Brazilian international insertion; financialization.

Bibliografia

- CARNEIRO, Ricardo. *O Brasil frente à crise global*. São Paulo: Interesse Nacional, 2009.
- CEPALC. *La Republica Popular China y América Latina y El Caribe: hacia una relación estratégica*. Santiago de Chile, maio de 2010.
- CHESNAIS, François. “Le capital de placement: accumulation, internationalisation, effets économiques et politiques”. In: CHESNAIS, François (Org). *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: La Découverte, 2004.
- DIEESE. *Nota técnica nº 118. Política de valorização do salário mínimo*. Dezembro de 2012.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional*. São Paulo: Contexto, 2003.
- IEDI. “O déficit na indústria de transformação como expressão do baixo dinamismo”. *Carta IEDI nº 555*. São Paulo, 2013.
- IEDI. *Veículos e autopeças: o dinamismo do mercado e as importações*. São Paulo, agosto de 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. “O ciclo do capital na economia dependente”. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Balança comercial*. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br. [Acesso em: 11/02/2013.]
- MOREIRA, Carlos Américo. “Uma reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e de desregulamentação financeira”. In: BRAGA, Elza Maria (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.
- MOREIRA, Carlos Américo & ALMEIDA, Agamenom Tavares. “A dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil em meio a crise econômica mundial e impactos sobre a conta de transações correntes”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*. Rio de Janeiro, 2012.
- MOREIRA, Carlos, Américo Leite & SHERER, André Luis Forti. “Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina”. *Indicadores econômicos FEE*, v. 30, nº 1. Porto Alegre, 2002.

OSORIO, Jaime. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (Org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda. “A dependência redobrada”. *Le Monde Diplomatique*, 03 de agosto de 2012.

SAAD FILHO, Alfredo Antônio. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SALAMA, Pierre. “Industrialisation et ‘desindustrialisation precoce’”. *Seminaire BRICS*, Paris, 17 octobre 2011.

de uma lógica de longo prazo de criação ou de ampliação da capacidade produtiva, observada durante o período fordista, para uma lógica de centralização do capital e reestruturação produtiva. Como consequência, as reengenharias produtivas que reordenam o *modus operandi* das megaempresas, levam a uma redução do número de trabalhadores envolvidos diretamente na produção.

Notas

1 Estudo recentemente publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) revelou que a China constitui-se a principal fonte de crescimento das exportações da América Latina e Caribe, inclusive no contexto da forte desaceleração observada nessa região em 2009. Ademais, constatou-se um padrão eminentemente interindustrial do comércio entre as duas regiões, com a China exportando principalmente manufaturas e importando matérias-primas. (Cepal, 2010)

2 Por intensidade-tecnologia, a metodologia da OCDE classifica a indústria de transformação em quatro segmentos: alta tecnologia, média-alta tecnologia, média-baixa tecnologia e baixa tecnologia.

3 Sobre a subordinação da produção aos critérios financeiros, Chesnais (2005) já chamava a atenção para o fato de como a finança foi bem sucedida em colocar a “*exteriorité à la production*” no centro dos grupos industriais. Na visão do autor, essa é uma das características mais originais da contrarrevolução social contemporânea. A partir dos anos oitenta, os proprietários acionistas desenvolveram meios jurídicos ou quase jurídicos para subordinar os executivos industriais, transformando-os em pessoas preparadas para seguir as prioridades e os códigos de conduta emanados do poder do mercado acionário. Os grupos industriais devem ser administrados de acordo com os critérios puramente financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade de curto prazo dos gestores de fundos especulativos. Passa-se